

COMUNIDADES INVISÍVEIS: VOZES MINORITÁRIAS NO JORNALISMO PROFISSIONAL ALAVANCADAS PELO JORNALISMO COMUNITÁRIO EM RÁDIOS ALTERNATIVAS

Miguel Midões

Departamento de Comunicação e Arte, Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, Portugal/Centro de Estudos
de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

RESUMO

Assente em estudos acerca dos critérios de noticiabilidade nos média tradicionais e na invisibilidade de temáticas e grupos sociais (Hall, 1997; Traquina, 2000), este estudo enquadra-se na discussão do papel dos média na construção da realidade social e na marginalização e não representação de determinados grupos sociais.

Com o avanço da internet e das redes sociais, apesar de terem sido criadas formas de exclusão mediática, com a personalização dos conteúdos através dos algoritmos (Noble, 2018; Pariser, 2011; Roberts, 2019), os média comunitários surgem como uma alternativa para dar voz a estes grupos marginalizados, através do jornalismo cidadão, comunitário e independente, promovendo a tão desejada, e prometida, maior participação cívica e democrática (Atton & Hamilton, 2008; Forde, 2011; Radsch, 2016).

Este estudo exploratório centra-se na análise qualitativa a quatro rádios comunitárias portuguesas, Rádio Sintoniza-T, Rádio Ophelia, Rádio Freguesia de Belém e Rádio Antecâmara, exclusivamente online, sem fins lucrativos e geridas por voluntários.

A pesquisa evidencia que, apesar dos esforços dessas emissoras comunitárias para preencher as lacunas deixadas pelo jornalismo *mainstream*, o jornalismo praticado por estas rádios e pelos seus voluntários ainda está em desenvolvimento. O envolvimento comunitário é um desafio e as emissoras estão mais voltadas para programas culturais e de entretenimento do que para noticiários regulares e a produção de notícias, justificado pelo seu ainda curto período de existência. Contudo, o potencial dessas iniciativas é significativo, podendo evoluir para modelos mais estruturados de jornalismo alternativo, jornalismo cidadão e jornalismo comunitário, que atendam às necessidades informativas das suas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo cidadão, rádios comunitárias, invisibilidades, média alternativos

INVISIBLE COMMUNITIES: AMPLIFYING MINORITY VOICES IN PROFESSIONAL JOURNALISM THROUGH COMMUNITY RADIO

ABSTRACT

Grounded in studies on newsworthiness criteria in traditional media and the invisibility of themes and social groups (Hall, 1997; Traquina, 2000), this study is framed within the discussion of the media's role in constructing social reality and marginalising and non-representing certain social groups.

With the rise of the internet and social media, although new forms of media exclusion have been created through the personalisation of content by algorithms (Noble, 2018; Pariser, 2011; Roberts, 2019), community media have emerged as an alternative to give voice to these marginalised groups through citizen, community, and independent journalism, promoting the long-desired — and promised — greater civic and democratic participation (Atton & Hamilton, 2008; Forde, 2011; Radsch, 2016).

This exploratory study focuses on a qualitative analysis of four Portuguese community radio stations: Rádio Sintoniza-T, Rádio Ophelia, Rádio Freguesia de Belém, and Rádio Antecâmara. These are exclusively online, non-profit, and volunteer-run.

The research shows that, despite the efforts of these community broadcasters to fill the gaps left by mainstream journalism, the journalism practised by these radios and their volunteers is still in development. Community engagement remains a challenge, and the stations are more oriented towards cultural and entertainment programmes than towards regular newscasts and news production — a situation justified by their relatively short existence. Nevertheless, the potential of these initiatives is significant, as they may evolve into more structured models of alternative, citizen, and community journalism that meet the informational needs of their communities.

KEYWORDS

citizen journalism, community radio, invisibility, alternative media

1. O RENASCER DE VOZES “INVISÍVEIS” NOS MÉDIA ALTERNATIVOS COM O DESENVOLVIMENTO DO DIGITAL

Se recuarmos ao início do milénio, Nelson Traquina (2000), na sua obra *O Poder do Jornalismo – Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, abordava já a invisibilidade no jornalismo e a forma como os critérios de noticiabilidade determinam o que é abordado ou omitido, colocando determinadas narrativas e grupos à margem daquilo que são os interesses políticos, económicos e culturais da sociedade. Já antes, Stuart Hall (1997), através da sua teoria da representação, alertava para o processo de construção da realidade por parte dos média que reforça as desigualdades sociais e as relações de poder. Os média criam e usam estereótipos que intensificam as diferenças culturais e sociais, associando as minorias a contextos negativos e desordem social, contribuindo para a sua marginalização.

O ponto importante é que os estereótipos referem-se tanto ao que é imaginado na fantasia quanto ao que é percebido como “real”. E o que é produzido

visualmente, pelas práticas de representação, é apenas metade da história. A outra metade — o significado mais profundo — reside no que não é dito, mas é fantasiado, no que está implícito, mas não pode ser mostrado. (Hall, 1997, p. 263)

Com a viragem do milénio e o impulso da internet, das tecnologias digitais e das redes sociais, a questão das invisibilidades nos média tornou-se ainda mais complexa. Se por um lado, a internet e a era digital possibilitaram uma maior diversidade de vozes e uma maior democratização da informação (é, aliás, neste campo que se centra o estudo que aqui iremos desenvolver), por outro, amplificaram mecanismos de exclusão. Estas novas formas de invisibilidade criam bolhas informativas, provocadas, por exemplo, pela personalização trazida pelo algoritmo, limitando o acesso a diversos conteúdos e colocando as pessoas alinhadas com os seus interesses já pré-existentes, tornando determinados assuntos invisíveis (Noble, 2018; Pariser, 2011; Roberts, 2019).

Contudo, é neste contexto ambíguo que surge a possibilidade de os média comunitários colmatarem a lacuna deixada pelos média *mainstream* e pelos novos média “algoritmizados”, com plataformas independentes a permitirem que grupos excluídos criem e partilhem conteúdos próprios, que movimentos sociais se mobilizem e atinjam depois uma visibilidade global (entrando até na agenda dos média, como os casos do *Black Lives Matter* ou do #MeToo).

A tentativa de preenchimento destas invisibilidades mediáticas conduz, em vários casos analisados no âmbito dos média comunitários, a uma maior participação dos cidadãos, tratando-se de uma resposta política e cultural alternativa por parte da sociedade (Atton & Hamilton, 2008). Esta participação dos cidadãos no processo de produção de notícias com prática jornalística é abordada assumindo diferentes nomenclaturas, entre elas “jornalismo público” (Forde, 2011), “jornalismo cidadão” (Papacharissi, 2015), “jornalismo alternativo” (Atton, 2009) e “jornalismo comunitário” (Reader & Hatcher, 2012), que origina, num número significativo de vezes, a utilização de vários destes termos com o mesmo objetivo de significância. Ainda assim, nos próximos parágrafos tentaremos delinear aquelas que poderão ser as principais semelhanças e diferenças entre os conceitos referidos anteriormente.

Os autores acima referidos mostram que quando os cidadãos não se sentem representados e não veem abordados os assuntos que lhes interessam ou lhes dizem diretamente respeito, ou ainda quando sentem que existe um enviesamento na abordagem desses mesmos assuntos, procuram encontrar espaços alternativos para a sua discussão. É nesta lacuna que surgem os média alternativos e, consequentemente, o jornalismo alternativo, que Atton (2003) define como uma prática jornalística “radicalmente diferente da dos média *mainstream*” (p. 267). Por “radicalmente diferente”, o autor considera que a responsabilidade social destes média, a abordagem mais focada no empenho pelo encontro de soluções para problemas locais do que na objetividade, a organização coletiva e horizontal, e o envolvimento da comunidade na produção de conteúdos, desafiam as práticas profissionalizadas e institucionalizadas dos média convencionais e profissionais.

Ainda que o autor refira que está por fazer um levantamento sistemático acerca dos profissionais deste setor alternativo do jornalismo, refere que alguns média alternativos incluem nas suas redações profissionais experientes em conjunto com voluntários sem treino formal na área. Uma realidade distinta da que encontramos em Portugal no setor das rádios comunitárias. Por exemplo, num outro estudo (Midões, 2024), mostrámos que nas rádios comunitárias portuguesas este jornalismo alternativo, ainda que débil e pouco expressivo, é maioritariamente feito por cidadãos voluntários sem ligação, atual ou passada, ao jornalismo e sem a existência de jornalistas profissionais no setor comunitário de média.

Ainda assim, Atton (2003) recorda que facilmente estes princípios do jornalismo alternativo podem ser confundidos com os do jornalismo público, habitualmente exercido pelos meios convencionais, quando procuram estar mais próximos das comunidades e colocar nas suas notícias os seus públicos como fontes de informação.

Nesta mesma linha, Forde (2011) considera que estas alternativas ao jornalismo convencional surgem como resposta às falhas dos média *mainstream*, sobretudo pela importância que concedem aos assuntos políticos, à falta de diversidade na escolha de fontes de informação e à incessante procura de lucro em detrimento da qualidade informativa. A autora relaciona o jornalismo alternativo com o jornalismo público, uma vez que considera que esta forma de fazer jornalismo, alternativa, implica o envolvimento do público na produção de notícias. Contudo, apesar de se cruzarem, estes dois conceitos são, na sua essência, distintos.

Chris Atton (2009) acrescenta ainda que, além de desafiarem a institucionalização do jornalismo convencional e de funcionarem sem financiamento ou com poucos recursos e fortes problemas de sustentabilidade, estes projetos alternativos estão, muitas vezes, vocacionados para temáticas enquadradas na desigualdade social, como a sub-representação das mulheres ou das minorias étnicas e grupos marginalizados. O autor reforça que as tecnologias e os novos média têm apoiado a democratização da participação, nomeadamente das franjas sociais mais esquecidas ou menos representadas nos média *mainstream*, ainda que apresente alguns constrangimentos a esta democratização, como veremos mais adiante.

Embora ambos impliquem uma crítica às limitações do jornalismo *mainstream*, os conceitos de “jornalismo alternativo” e “jornalismo público” têm fundamentos e objetivos diferentes, e uma relação divergente com as estruturas institucionais. Enquanto o alternativo surge fora das estruturas comerciais dos média, com uma forte oposição política e cultural ao *mainstream*, com um estilo e formatos mais alternativos e narrativas contra-hegemónicas; o jornalismo público aparece dentro dos média comerciais e profissionais, como forma de as audiências participarem no processo editorial e forçar práticas mais democráticas e abertas à participação do público, mas, ainda assim, profissionais e adotando os estilos dos géneros jornalísticos clássicos (Abbott, 2017).

Apesar do maior relevo que o jornalismo alternativo recebe contemporaneamente, muito por causa das tecnologias da informação, do desenvolvimento do digital e, acima de tudo, da internet — uma vez que facilitou o envolvimento do público e permitiu novas formas de distribuição e de financiamento —, o fenómeno do jornalismo alternativo não é recente e corresponde a uma forma de comunicação ativa há mais de 150 anos (Forde, 2011).

No seguimento desta ideia, também na perspetiva de Radsch (2016), o jornalismo cidadão surge para colmatar a lacuna deixada pelo jornalismo profissional. Trata-se de um tipo de jornalismo que também funciona à margem dos média *mainstream*, ou convencionais, e usa, frequentemente, as redes sociais para divulgar os seus conteúdos.

Embora possam existir traços dissonantes entre jornalismo alternativo e jornalismo cidadão, a verdade é que ambos estão bastante intrincados, com o segundo a surgir mais recentemente e potenciado pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, nomeadamente a internet, permitindo que qualquer cidadão com acesso à internet ou a meios de produção (texto, áudio e vídeo) possa, através do seu testemunho e participação direta, dar visibilidade, sem ligação a uma organização hierárquica, a determinadas experiências ou acontecimentos (Jenkins, 2006; McChesney & Nichols, 2016). Ou seja, embora o cidadão possa, através de páginas na internet, contas pessoais nas redes sociais ou mesmo blogues, publicar informações que recolheu e editou autonomamente, na verdade, os cidadãos também podem apoderar-se dessa mesma possibilidade e usar os meios alternativos de comunicação para fazê-lo. O jornalismo alternativo e o jornalismo cidadão não são linearmente a mesma coisa, mas pode existir jornalismo cidadão em média alternativos e, por isso, estes conceitos aparecem frequentemente associados.

Aliás, este conceito de “jornalismo cidadão” não é consensual e divide opiniões na academia, com uma ala mais cética a considerar que está longe de ter um papel real e significativo, remetendo-o para uma ideia utópica e difícil de concretizar na sua plenitude. Atton e Hamilton (2008), em *Alternative Journalism* (Jornalismo Alternativo), referem que o jornalismo cidadão enfrenta problemas estruturais como a falta de recursos financeiros, mas também ao nível da credibilidade da informação difundida e mesmo na distribuição dessa informação.

Apesar das vantagens da participação cidadã na produção de notícias, há preocupações sobre a credibilidade e a fiabilidade dessas fontes. A falta de formação profissional e a ausência de padrões editoriais rigorosos podem resultar em relatos que não atendem aos critérios tradicionais de precisão e imparcialidade. Isto levanta questões sobre até que ponto o jornalismo cidadão pode ser considerado uma fonte fiável de informação. (Atton & Hamilton, 2008, p. 95)

Na mesma linha, Papacharissi (2015) reforça que o jornalismo cidadão cria bolhas de informação sem impacto real no debate e na opinião pública, mais do que democratizar a informação. A este contexto está ainda associado o facto de, regularmente, o jornalismo cidadão reproduzir padrões do jornalismo convencional e profissional e não romper verdadeiramente com o modelo estabelecido, nomeadamente ao nível da dependência de fontes oficiais, limitando a oferta de perspetivas alternativas e a busca pela objetividade que restringe a diversidade de vozes e de narrativas alternativas, bem com a adoção de estruturas convencionais, como é o caso das práticas de *gatekeeping* (Mutsvairo & Bebawi, 2022).

Por último, importa ainda abordar o conceito de “jornalismo comunitário”, que surge também neste campo de um jornalismo mais participado e participativo e descreve uma prática informativa que, inicialmente (anos 50 do século passado), estava centrada nos meios geográficos mais pequenos e nas notícias locais e da vida comunitária, tendo

evoluído (já no século XXI) por forma a incluir os meios digitais, as rádios independentes e comunitárias ou mesmo os websites hiperlocais (Reader & Hatcher, 2012).

De acordo com Reader e Hatcher (2012), no seu livro *Foundations of Community Journalism* (Fundamentos do Jornalismo Comunitário), os autores referem que a principal característica do jornalismo comunitário é a proximidade e a ligação dos jornalistas com a comunidade, quer em termos geográficos, quer em questões emocionais, sublinhando que a dimensão do meio de comunicação ou da comunidade não definem por si só o jornalismo comunitário. O verdadeiro critério distintivo pode ser o conteúdo centrado na comunidade, com forte participação desta no meio, criando um modelo participativo.

No jornalismo comunitário, o público costuma estar bastante envolvido no processo, com grande parte do conteúdo sendo sugerido, solicitado ou mesmo enviado por pessoas da comunidade. Daí a publicação típica nos média comunitários de fotos de formaturas, fotos de grupo de crianças do jardim de infância, ensaios e opiniões enviados por leitores e galerias de fotos de reuniões familiares ou caçadores de veados com os seus troféus. Nesse sentido, o jornalismo comunitário tem sido, há muito tempo, um fórum para o chamado “jornalismo cidadão” e interativo num sentido muito real, mesmo antes do surgimento da internet. (Reader & Hatcher, 2012, p. 16)

Concomitantemente, estes quatro conceitos de jornalismo acima referidos cruzam perspetivas idênticas e reúnem pontos em comum entre si, muito embora tenham modelos, origem e focos distintos, como se sistematiza na Tabela 1.

CRITÉRIO	JORNALISMO ALTERNATIVO	JORNALISMO PÚBLICO	JORNALISMO CIDADÃO	JORNALISMO COMUNITÁRIO
Principais envolvidos	Ativistas, movimentos sociais, atores mediáticos independentes	Jornalistas integrados em organizações mediáticas convencionais	Cidadãos não profissionais, utilizadores digitais	Repórteres locais, editores regionais, voluntários comunitários
Foco/conteúdo	Contrainformação, crítica ideológica, temas negligenciados	Participação cívica, cidadania, questões sociopolíticas	Experiências pessoais, proximidade, temas emergentes	Realidade quotidiana local, identidade cultural, dinâmicas comunitárias
Tipo de média	Fanzines, rádios livres, plataformas digitais ativistas	Secções temáticas, emissões radiofónicas/televisivas, projetos cívicos	Plataformas colaborativas, redes sociais, blogues, fóruns	Imprensa local, rádios comunitárias, publicações hiperlocais
Relação com o <i>mainstream</i>	Contestação ao modelo dominante (económico/editorial)	Integração reformista no sistema mediático	Coexistência ou interdependência com média profissionais	Atuação complementar aos média convencionais
Organização editorial	Estrutura descentralizada, horizontal, de base coletiva	Redações convencionais com abertura à participação do público	Estrutura informal, espontânea, colaborativa	Pequenas redações locais, com envolvimento comunitário
Objetivo principal	Transformação sociopolítica através da mediação crítica	Reabilitação da confiança no jornalismo institucional	Participação direta na produção e partilha de informação	Fortalecimento da coesão e identidade comunitária
Grau de profissionalismo	Misto: profissionais e agentes não formados	Profissionalização plena	Ausência de profissionalização formal	Predomínio de voluntariado, com possíveis contributos profissionais

Tabela 1. Consonâncias e dissonâncias entre jornalisismos participativos

Nota. Elaboração própria, baseada na pesquisa teórica dos autores Abbott (2017), Atton (2003, 2009), Atton e Hamilton (2008), Correia (2023), Forde (2011), Mutsvauro e Bebawi (2022), Papacharissi (2015), Radsch (2016), Reader e Hatcher (2012).

No seguimento da exposição teórica que aqui se desenvolveu em torno da exploração dos conceitos de um jornalismo que abre espaço à participação dos cidadãos nos média, de seguida serão analisados os casos de quatro rádios comunitárias portuguesas, desenvolvidas sem fins lucrativos por cidadãos que, voluntariamente, participam na criação e produção da grelha de programas destas emissoras, bem como na sua gestão interna. Assim, enquadrando-se estas rádios como média alternativos, comunitários e abertos à participação dos cidadãos, julga-se que os conceitos mais pertinentes a adotar daqui em diante, no desenvolvimento deste estudo de caso e das suas respetivas conclusões, sejam os de “jornalismo alternativo”, “jornalismo cidadão” e “jornalismo comunitário”.

2. ESTUDO DE CASO COM AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS SINTONIZA-T, OPHELIA, FREGUESIA DE BELÉM E ANTECÂMARA: CAMINHO METODOLÓGICO

O estudo que aqui desenvolvemos enquadra-se nesta lacuna deixada pelos média *mainstream* e pelo jornalismo convencional e no papel atual que desempenham os média alternativos, nomeadamente as rádios comunitárias, para dar voz a grupos marginalizados ou relegados pelos média para segundo plano.

Trata-se de um estudo de caso exploratório que pretende conhecer as motivações que levaram à origem destas quatro rádios comunitárias portuguesas, que funcionam exclusivamente online, por trabalho voluntário de um grupo de cidadãos, sem qualquer finalidade lucrativa e que se apresentam com conteúdos alternativos pouco explorados pelas rádios *mainstream*, ou seja, características intrínsecas às rádios comunitárias e que são referidas em estudo anterior (Midões, 2021).

A pesquisa incide em quatro rádios comunitárias portuguesas alegais, que fazem parte de um conjunto de 21, ou seja, que estão fora do âmbito legal da lei da rádio portuguesa (Lei n.º 54/2010). Estas rádios não são legais, mas também não são ilegais, uma vez que não estão reguladas¹.

Em análise estão a Rádio Sintoniza-T, que surgiu na Tapada das Mercês, em Sintra, como um polo multicultural; a Rádio Ophelia, criada em Almada, por um grupo de cidadãos ligados às artes em geral e à música em particular; a Rádio Freguesia de Belém, criada na freguesia de Lisboa com o mesmo nome e direcionada para esta comunidade geográfica; e a Rádio Antecâmara, fundada pela Galeria Antecâmara, nos Anjos, também em Lisboa, e que está voltada para a arquitetura e a comunidade de arquitetos.

O caminho metodológico delineado é maioritariamente qualitativo, consistindo na análise dos sites das emissoras e das suas redes sociais, complementado com entrevistas a coordenadores destas rádios comunitárias, realizadas entre 2023 e 2025.

O objetivo deste estudo de caso é perceber a origem da necessidade de criar uma emissora de rádio e se a razão reside na invisibilidade que a comunidade sente em relação aos média tradicionais, a tipologia de conteúdos que são desenvolvidos, os objetivos destas emissoras, como fazem o envolvimento dos cidadãos e se existe espaço para concretizarem os anteriormente denominados “jornalismo cidadão”, “alternativo” e “comunitário”.

¹ Destas quatro rádios, apenas a Rádio Freguesia de Belém está registada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social como rádio institucional e não como rádio comunitária.

3. IGUALMENTE COMUNITÁRIAS, RAZÕES DISTINTAS DE EXISTÊNCIA, DIFERENTES INVISIBILIDADES

3.1. RÁDIO SINTONIZA-T

A Rádio Sintoniza-T² nasceu a 16 de dezembro de 2021, com base no financiamento do projeto *Bairros Saudáveis*, na Tapada das Mercês, em Sintra, um bairro multicultural, com cidadãos de várias nacionalidades e etnias. O *Bairros Saudáveis* é um projeto do governo português “que visa ajudar pequenas comunidades com vários projetos que amplifiquem os projetos situados em bairros que, muitas vezes são considerados, sub-desenvolvidos” (Alexandre Santos, entrevista, 9 de janeiro de 2025).

Esta rádio, que nasceu como um espaço para a comunidade, está a ser desenvolvida pela Associação Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem-Martins, mas não está agregada a nenhuma ideologia ou crença religiosa em particular.

Há três anos que todos são voluntários na Rádio Sintoniza-T, “pessoas que efetivamente gostam de rádio e gostam de trabalhar para a comunidade”, e Alexandre Santos, atual coordenador da emissora, é disso mesmo um exemplo. Explica que, com a experiência que a comunidade vivencia nesta rádio, os cidadãos ganham competências técnicas e literacia na área dos média que não tinham, além de que, com a preocupação de criarem os conteúdos certos para a sua comunidade e de pesquisarem as informações, adquirem valores e competências que lhes permitem combater a desinformação e as *fake news*.

Esta emissora pretende dar voz à comunidade e fazer a cobertura de assuntos que os média *mainstream* não fazem por estarem focados nas audiências e não em temáticas de nicho, refere o coordenador. Em relação à participação da comunidade nesta rádio comunitária, Alexandre Santos diz que tem sido regular, uma vez que a associação em que nasce este projeto já existia e as pessoas já estavam envolvidas. A rádio tem sido divulgada nas redes sociais e tem surtido efeito, mas ainda não tem o número de voluntários e programas que a coordenação desejava.

Nós queremos puxar a comunidade (...). Nós apresentamo-nos muito nas redes sociais, somos uma rádio comunitária e uma rádio online. Nas redes, conseguimos difundir os nossos projetos e as pessoas. Por exemplo, às vezes aquela senhora da mercearia que está numa esquina (...) tem uma história de vida que muitas pessoas não conhecem e são essas histórias que nós queremos dar a conhecer. Trata-se de falar com pessoas reais, por assim dizer. Não estou a dizer que os outros meios de comunicação não o façam, mas a verdade é que o foco agora para os grandes meios de comunicação está muito virado naquilo que dá audiências. Nós não, nós queremos aquilo que é comunidade, nós queremos dar voz à comunidade. (Alexandre Santos, entrevista, 9 de janeiro de 2025)

² Os programas da Rádio Sintoniza-T podem ser escutados em <https://www.sintoniza-t.pt/programas>.

O *Centro em Foco* é o programa que está na Rádio Sintoniza-T desde o começo, que fala com as pessoas da comunidade e dá a conhecer projetos de relevo para essa mesma comunidade. Contudo, o coordenador refere que um dos programas mais importantes que a rádio já teve é o *Minuto Cidadão*, apresentado por Luís Vaz Fernandes e feito em parceria com o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes — uma vez que era traduzido em várias línguas e dava as informações mais necessárias e importantes à comunidade.

Basicamente explicávamos às pessoas como é que elas deveriam fazer para obter uma senha de acesso ao portal das Finanças ou de acesso à Segurança Social Direta, ou seja, aquelas coisas do dia a dia que é obrigatório, é indispensável e que se torna difícil porque, muitas vezes, existe a barreira linguística (...). Queremos que se juntem a nós, mas não queremos que percam a sua identidade, acima de tudo. (Alexandre Santos, entrevista, 9 de janeiro de 2025)

A principal luta continua a ser o financiamento da emissora comunitária, pois existem despesas diárias que é necessário salvaguardar, como a compra de novos equipamentos ou a melhoria dos existentes ou dos servidores online. Ainda assim, sonham com uma maior regularidade de programas e com um crescimento futuro de ouvintes e de locutores comunitários.

Nesta rádio, o jornalismo propriamente dito ainda está em desenvolvimento. Há vontade de vir a ter um noticiário, que ainda não existe, e que se criem notícias acerca daquilo que vai acontecendo na comunidade. No entanto, garantem que, através dos programas que produzem, trazem pessoas das diferentes culturas para a rádio, dando-lhes voz e explorando as suas histórias, através de entrevistas.

Jornalismo puro nós não fazemos, mas fazemos à nossa maneira. Aquilo que nós procuramos fazer é conhecer as pessoas. Estudamos quem vamos entrevistar, procuramos saber mais sobre as pessoas e sobre os projetos, de modo a darmos a quem nos ouve e à nossa comunidade todas as informações necessárias, que é para elas próprias também ganharem interesse e irem atrás desses mesmos projetos, conhecendo-os. O ideal seria termos um espaço de noticiário para podermos dar informação no momento, porque as pessoas também precisam disso. Há certas coisas que acontecem que, muitas vezes, são passadas ao lado e ninguém tem um sítio para saber o que é que está a acontecer na comunidade. Então, gostávamos de fazer isso, e queremos efetivamente abrir as portas a quem tenha conhecimentos e quem tenha carteira [profissional de jornalista] para podermos dar à comunidade um jornalismo bom, verdadeiro e, acima de tudo, que se paute pela verdade e que lute pelos seus ideais. (Alexandre Santos, entrevista, 9 de janeiro de 2025)

A Sintoniza-T também já desenvolveu programas em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos — *Assim Fala a Ciência* e *O País que Se Segue* — e com a plataforma independente *Fumaça*³. Atualmente, procuram “ser mais originais” e ter mais conteúdos próprios, mostrando-se recetivos a novos radialistas, novos programas e novas ideias, desde que focados na comunidade da Tapada das Mercês, disponibilizando o espaço, o estúdio e o *know how* que os voluntários atuais já foram adquirindo com a sua experiência de três anos.

3.2. RÁDIO OPHELIA

A Rádio Ophelia⁴ surge em Almada, também na região de Lisboa, em 2018, primeiro afirmando-se como uma rádio pirata e um projeto pessoal e, posteriormente, como uma rádio comunitária. Esta alteração de conceito está relacionada com a mudança de propósitos, pois, de acordo com Jesus Crido, fundador e criador da emissora e com ligações profissionais a um meio televisivo profissional, surgiu primeiro com um propósito pessoal, na sala de jantar da sua própria casa, que se foi abrindo à comunidade, e hoje está num espaço associativo de Cacilhas (Almada).

Isto era o meu projeto criativo, o meu projeto artístico, que passou à ideia de eu vou mesmo criar um meio de comunicação. É o meu levantar do dedo do meio contra essa máquina toda que me ensinou a fazer as coisas, mas não me dá liberdade criativa para fazê-las. (Jesus Crido, entrevista, 7 de janeiro de 2025)

Atualmente, Jesus Crido considera que passou de fundador e criador da emissora a produtor geral e executivo, uma vez que está rodeado de mais artistas, que compõem a comunidade da Ophelia, não descurando que trabalha no sentido de construir a comunidade à volta da rádio e de assegurar que continua a funcionar e a ter programas. A intenção principal é a de “criar a comunidade que não existe dentro do universo musical português”. O produtor executivo assegura que a Rádio Ophelia tem um esquema clássico de rádio, com programas regulares, mas sem uma emissão 24 horas por dia, uma vez que não existe ainda estrutura humana para assegurá-la e não existe vontade de que a rádio seja apenas uma coletânea de *podcasts*. “Chamem-lhe o que quiserem, mas nós somos uma estação de rádio, os programas são regulares, é tudo em direto, não há cortes, não há golpes, nada. Disseste uma asneira, disseste a asneira, aguenta-te com isso” (Jesus Crido, entrevista, 7 de janeiro de 2025).

Esta rádio está focada na valorização do trabalho artístico português, marginalizado pelos média *mainstream*, assumidamente musical, mas com programas de autor.

³ O *Fumaça* apresenta-se como um projeto de jornalismo de investigação, alternativo e independente. Em Portugal, Luís Bonixe (2022), depois de analisar, em 2022, três projetos portugueses: *Fumaça*, *Divergente* e *Setenta e Quatro*, quanto aos seus objetivos, modelos de financiamento e conteúdos, preferiu chamar de “jornalismo empreendedor” a este jornalismo feito à margem dos média *mainstream*.

⁴ A emissão online da Rádio Ophelia pode ser escutada em <https://radio-ophelia.pt/>.

“Nunca, mas nunca, as rádios ditas ‘mainstream’ vão poder fazer aquilo que nós fazemos aqui, que eu me permito fazer ou as pessoas se permitem fazer aqui, porque é impensável” (Jesus Crido, entrevista, 7 de janeiro de 2025).

Quando a rádio funcionava ainda na sua sala de jantar chegaram a ser cerca de 40 pessoas, atualmente o fundador assegura que serão perto de 200 artistas, individuais ou em banda, a garantir a emissão de três dias, quatro horas e 42 minutos “em que não se repete uma única faixa”, conhecendo-os a todos pessoalmente.

Do envolvimento deste significativo número de colaboradores voluntários já resultaram trabalhos em parceria entre músicos que se conheceram na Rádio Ophelia. “Isto só faz sentido se estivermos a fazer um trabalho importante para a comunidade artística e que faça a ponte entre o público e o artista, que não existe [nos média que não são comunitários]”, assegura Jesus Crido (entrevista, 7 de janeiro de 2025). Até porque a Rádio Ophelia tenta afirmar-se como um espaço alternativo para estes artistas. Nas rádios profissionais, “o público perde porque só está a consumir coisas que culturalmente não nos dizem nada (...) culturalmente, somos esta miséria, porque não temos identidade própria” (Jesus Crido, entrevista, 7 de janeiro de 2025).

Para o futuro, a Rádio Ophelia pretende tornar-se um “minigrupo de média comunitário”, salvaguardando com “estatutos, ideais e manifestos” a criação de uma comunidade e a sua educação, de forma a que a comunidade possa preservar o ideal de promoção da cultura musical portuguesa, marginalizada pelos média *mainstream* portugueses.

O serviço público não passa por me dar só notícias e passar novelas, passa por me dar o que é que está a acontecer aqui [em termos musicais]. Expliquem-me o que é que se passa no quintal do lado, ele deve estar a fazer coisas giras. A Taylor Swift cá da tuga? Também não lança álbuns? Não dá concertos? (Jesus Crido, entrevista, 7 de janeiro de 2025)

Atualmente, são poucos os apoios financeiros e as subvenções de Estado não existem, o que na ótica deste responsável acaba por significar que não há reconhecimento pelo trabalho feito. “O apoio financeiro é o meu bolso, eu a trabalhar para manter isto a funcionar e o resto das pessoas a ajudar-me” (Jesus Crido, entrevista, 7 de janeiro de 2025).

3.3. RÁDIO FREGUESIA DE BELÉM

A Rádio Freguesia de Belém⁵ viu a sua inauguração adiada pelo contexto da COVID-19, tendo assim sido formalizada como rádio comunitária institucional a 15 de abril de 2021. Esta emissora foi criada pela Junta de Freguesia de Belém, com o objetivo de aproximar a comunidade local, dar voz às pessoas que a compõem e às instituições desta freguesia lisboeta, na tentativa de criar uma plataforma de participação ativa e de formação informal para todos, mesmo aqueles que não têm qualquer experiência em rádio.

⁵ Os programas da Rádio Freguesia de Belém podem ser escutados em <https://radiobelem.jf-belem.pt/programas/>.

Da programação de 68 programas criados até ao momento, dos quais 22 continuavam ativos, destacam-se programas como o *Olá Vizinho* ou o *Hoje É um Bom Dia*, reunindo um total de 20 voluntários individuais e ainda outros 30 ligados às instituições locais. Com vista à concretização destes programas ligados a áreas como educação, saúde, cultura, desporto, humor, entrevistas, entre outras, os voluntários foram “angariados” numa formação inicial, que teve de ser adaptada ao contexto online por causa da pandemia, mas também do “porta a porta” que as coordenadoras da estação fazem com as entidades locais, para apresentar a rádio e para mostrar a abertura que existe para que participem na rádio e criem os seus próprios programas.

Neste contexto mais ligado à informação, produzem o *Magazine Belém* e o *Informação da Freguesia*, com conteúdos informativos direcionados aos fregueses de Belém.

Da participação ativa da comunidade, Maria Cid, a coordenadora, destacava o entusiasmo das crianças e o “encantamento” a ouvirem a sua própria voz em antena.

Embora a Rádio Freguesia de Belém não faça jornalismo no sentido tradicional da palavra, incorpora elementos de jornalismo comunitário e de proximidade. Na produção dos últimos dois programas informativos mencionados anteriormente, a emissora trabalha conteúdos que informam a população, nomeadamente ao nível da cobertura de eventos locais, projetos da Junta de Freguesia, comunicados de serviços úteis à população, ou mesmo de iniciativas comunitárias. No fundo, as emissões destes dois programas funcionam como boletins informativos, baseados em factos e dados atuais, exercendo um papel jornalístico essencial para a comunidade.

Trazem informações úteis sobre serviços, prazos, datas de eventos (...). A rádio é uma forma muito eficaz de fazer chegar a informação às pessoas, porque cria uma relação diferente da que se tem com as redes sociais. As pessoas sentem-se mais próximas. (Maria Cid, entrevista, 11 de dezembro de 2023)

Além destes dois programas, a Rádio Freguesia de Belém, procurando uma prática de maior transparência democrática, transmite as Assembleias de Freguesia, na tentativa de aproximar os cidadãos da vida política local, ensaiando um maior envolvimento cívico. “Começámos também a transmitir em direto as Assembleias de Freguesia, porque entendemos que é um conteúdo importante e que as pessoas devem ter acesso àquilo que ali se discute e decide” (Maria Cid, entrevista, 11 de dezembro de 2023).

Nos restantes programas que compõem a sua grelha de programação, esta emissora inclui entrevistas a moradores, instituições, escolas, associações, entre outras entidades, promovendo formas de jornalismo participativo, através das quais os cidadãos se tornam fontes e, em determinadas situações, produtores de conteúdos. Aliás, tendo em conta esta última premissa (produção de conteúdos por parte dos fregueses), a Rádio Freguesia de Belém forma regularmente os voluntários sem experiência prévia de rádio ou de jornalismo para pesquisarem, entrevistarem, produzirem e apresentarem programas.

Embora o foco não seja o jornalismo profissional, a rádio mostra preocupação com a verdade, a utilidade da informação e o serviço público, assumindo a existência

de critérios editoriais, para que os programas tenham relevância comunitária e estejam alinhados com os valores do projeto. “Não aceitamos tudo. Tem de fazer sentido dentro da lógica da rádio, tem de ter interesse comunitário, pertinência, e estar alinhado com o que é este projeto” (Maria Cid, entrevista, 11 de dezembro de 2023).

3.4. RÁDIO ANTECÂMARA

A Rádio Antecâmara⁶ foi criada sob a alçada da Associação Cultural Antecâmara e teve a sua primeira emissão a 13 de fevereiro de 2021, assinalando assim o Dia Mundial da Rádio. A rádio cruza a arquitetura com a arte e o sentido de comunidade e, embora tenha nascido numa ideia do Atelier Campos Costa Arquitetos, depressa se autonomizou como associação sem fins lucrativos, com o objetivo de ser um espaço de produção e difusão cultural aberto à participação de todos. Pedro Campos Costa, fundador do projeto, garante que, na primeira emissão de rádio, obtiveram 26 mil escutas revelando, desta forma, que existe uma comunidade interessada na abordagem sonora à cultura arquitetónica: “nunca pensei que houvesse tanta adesão por parte dos arquitetos e que, mesmo sem frequência, conseguisse ter online tanta adesão” (Campos Costa, entrevista, 11 de dezembro de 2023).

Em termos de programação, a regra é que esteja enquadrada com a arquitetura e que seja um espaço de curadoria cultural e crítica, uma curadoria que esteve, até ao momento, sob a responsabilidade do fundador, que tem já direcionado convites a outras individualidades para que venham a desempenhar essa função, normalmente investigadores ou amigos ligados à arquitetura.

A ideia é passar a nomear um arquiteto, que depois escolha pessoas para fazer programas. Por cada tema haverá uma pessoa que desenvolve o programa e nós ajudamos tecnicamente. A rádio é interessante se for feita por muita gente. (...) Vejo o futuro assim, sem eu estar sempre associado a isto, com curadores anuais, que pudessem ir pegando na rádio e dando-lhe outras perspetivas. (Campos Costa, entrevista, 11 de dezembro de 2023)

As temáticas e abordagens da Rádio Antecâmara vão desde discussões mais jornalísticas, como as políticas urbanas e a habitação, até criações sonoras experimentais. Entre os programas realizados destaca-se a residência no Centro Cultural de Belém, em que, em cada semana, entrevistaram diferentes convidados e em que cada autor teve total liberdade temática.

Em mãos, a Rádio Antecâmara tinha programas mais jornalísticos e críticos, com emissões dedicadas a notícias de arquitetura e a projetos, de alguma forma polémicos e que mereciam uma abordagem mais jornalística, como a questão da habitação, mas Campos Costa reconhece alguma resistência por parte dos participantes a uma exposição pública com este tipo de abordagem.

⁶ Os programas da Rádio Antecâmara podem ser escutados em <https://antecamara-galeria.pt/radio/>.

A estratégia para manter a dinâmica da rádio ao nível da participação passa também por fazer parcerias com instituições ligadas à área, como a Ordem dos Arquitetos, com quem está prevista uma série de episódios sobre temas práticos e estruturais para a profissão, mas também com instituições superiores de ensino.

Há um grupo de estudantes da [Universidade] Católica, que tem três exposições para realizar, e a professora sugeriu que abrigássemos as exposições, e eu fui lá às aulas mostrar que a galeria também tem esta parte sonora e que podem usar a rádio nesse sentido. Tenho a certeza de que vão fazer coisas nem polémicas, nem políticas, mas bem interessantes no sentido experimental. (Campos Costa, entrevista, 11 de dezembro de 2023)

A regularidade da programação está dependente do dinamismo da própria galeria, pois é a galeria que se transforma em estúdio e que serve de palco para conversas ao vivo durante as exposições, com interação direta com o público, até porque o estúdio (ou a parte da galeria que lhe dá lugar) localiza-se junto a uma janela de dimensões consideráveis voltada para a rua, para que atraia quem passa e desperte curiosidade para aquilo que ali está a acontecer.

A dimensão comunitária é central no projeto, mas o fundador reconhece que é ainda frágil, pois muito embora exista vontade de fomentar um verdadeiro entrosamento com o território e os habitantes do bairro, a ideia tem sido adiada por constrangimentos logísticos e humanos.

A aprendizagem técnica dos voluntários decorre por tentativa e erro, sendo partilhada de forma informal entre colaboradores. A rádio, embora amadora no sentido institucional, procura uma estética sonora baseada na elevada qualidade dos seus conteúdos. “Se passasse na Antena 3 [rádio do serviço público português direcionada a um público mais jovem e a conteúdos mais alternativos], não envergonharia ninguém” (Campos Costa, entrevista, 11 de dezembro de 2023).

Apesar de não ser um meio jornalístico tradicional, a Rádio Antecâmara aspira a abordar temas com relevância política e social, embora enfrente a resistência por parte da comunidade profissional, pouco disposta à sua exposição pública.

Conquanto a rádio tenha começado com uma orientação mais cultural, Pedro Campos Costa expressa vontade de explorar temas, sempre ligados à arquitetura, mais jornalísticos e socialmente relevantes, como a habitação ou os projetos urbanos polémicos. No entanto, admite que é difícil encontrar quem se queira expor publicamente em questões politizadas. “Quando toca na parte política, desaparece [o interesse], ninguém se quis chegar à frente”, afirma Pedro Campos Costa (entrevista, 11 de dezembro de 2023).

4. EVIDÊNCIAS E CONCLUSÕES: RÁDIOS COMUNITÁRIAS QUE PREENCHEM LACUNAS E DÃO VISIBILIDADE A VOZES MARGINALIZADAS NO JORNALISMO PROFISSIONAL

Estas rádios comunitárias portuguesas são exemplos de média alternativos que abordam temáticas comumente invisíveis no jornalismo profissional, mas nas quais o

próprio jornalismo continua ainda pouco visível e em desenvolvimento (Tabela 2). Ainda que apliquem técnicas jornalísticas como a realização de entrevistas, a escrita de guiões, as saídas em reportagem junto das comunidades e, em casos particulares como na Rádio Sintoniza-T, alguma investigação, estas rádios ainda não têm uma redação organizada, estrutura de noticiários ou a criação regular de notícias.

CRITÉRIO	RÁDIO SINTONIZA-T	RÁDIO OPHELIA	RÁDIO FREGUESIA DE BELÉM	RÁDIO ANTECÂMARA
Entidade promotora	Associação Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês	Projeto pessoal de Jesus Crido — espaço associativo artístico	Junta de Freguesia de Belém	Atelier Campos Costa/ Associação Cultural Antecâmara
Objetivo principal	Dar voz à comunidade multicultural local	Criar comunidade artística/musical fora do <i>mainstream</i>	Criar plataforma de participação e formação comunitária	Explorar arquitetura, arte e cidade com dimensão cultural
Participação comunitária	Voluntários locais	Artistas e agentes culturais (~200 músicos)	~50 voluntários (moradores e instituições)	Colaboração de arquitetos, estudantes, curadores
Relação com a comunidade local	Foco em integração de migrantes e identidade cultural, comunidade geográfica	Foco em artistas e música, menos territorial	Ligação cívica com os fregueses e a comunidade geográfica	Foco na comunidade cultural/arquitetónica, não geográfica
SISTEMATIZAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DO JORNALISMO				
Prática jornalística	Ainda em construção (não há noticiário), entrevistas preparadas	Não há jornalismo convencional; crítica cultural	Programas informativos, boletins e transmissões de assembleias	Emissão cultural, aspiração a jornalismo crítico (temas da habitação, cidade, etc.)
Perspetivas futuras	Criar noticiário comunitário, atrair mais voluntários	Tornar-se média comunitário com estatutos	Manter e expandir conteúdos cívicos e formativos	Estruturar curadoria, explorar temas politizados com mais voz
Tipologia jornalística	Jornalismo comunitário e elementos de jornalismo cidadão	Jornalismo cultural alternativo (não noticioso)	Jornalismo comunitário de proximidade e boletim institucional	Jornalismo cultural temático e aspiração a jornalismo crítico
Objetivo jornalístico	Informar a comunidade multicultural, combater desinformação, reforçar cidadania local	Dar visibilidade à cultura/ música marginalizada	Informar os fregueses (comunidade), promover transparência e participação cívica	Abordar criticamente a cidade, a habitação, o urbanismo e a arquitetura

Tabela 2. Sistematização das rádios comunitárias em análise

As rádios comunitárias portuguesas foram mapeadas e caracterizadas, em 2021, e, no final deste primeiro mapeamento ao terceiro setor de radiodifusão (o comunitário), que, como já sinalizado previamente, não tem enquadramento legal no contexto português, estas emissoras distinguiram-se pelo pluralismo e dinamismo dos voluntários na sua gestão e programação, como também estes quatro casos são disso exemplo. Todavia, a participação direta dos elementos da comunidade foi considerada baixa e o jornalismo praticado por estas emissoras era ainda redutor, com as rádios muito voltadas para programas musicais e de entretenimento (Midões, 2021).

Contudo, qualquer uma destas quatro rádios surgiu depois de encerrado este primeiro mapeamento e a sua génese pode sugerir uma mudança de paradigma. Destas, apenas a Rádio Ophelia está mais voltada para a música, pretendendo exercer assim a sua manifestação e intervenção social. Já nos outros casos, as emissoras estão focadas

em conteúdos sociais, políticos e culturais direcionados para uma maior intervenção social e para um maior preenchimento do vazio deixado pelos média *mainstream* e pelo jornalismo que neles se exerce. Estas três rádios seguem linhas de execução idênticas às rádios comunitárias que surgiram sob a alçada do projeto *Radio Active*¹⁰¹ e que privilegiavam o formato notícia e entrevista, e a Rádio Escuta, que existiu no bairro Almirante Reis, em Lisboa, e que tinha o seu foco em reportagens, entrevistas e noticiários feitos pela, sobre e com a comunidade de imigrantes. A rádio Amparo, mais recente, também tem um serviço de notícias próprio, com oito noticiários por dia e duas revistas de imprensa.

A Rádio Sintoniza-T pretende dar voz à comunidade multicultural da Tapada das Mercês, abordando temas que não aparecem, ou que aparecem muito raramente, na cobertura realizada pelos média *mainstream* e pelo jornalismo profissional, que muito embora aborde a temática da imigração, não o faz no sentido de dar mais e melhores ferramentas de inclusão destes cidadãos na sociedade. Muito pelo contrário, a abordagem tradicional é comumente baseada nos problemas trazidos pelo crescimento do número de imigrantes, as discussões políticas em torno desta questão e, mesmo, a incapacidade ou inadaptabilidade dos serviços públicos a este crescimento. Ou seja, o jornalismo realizado nos média *mainstream* foca-se mais no problema do que na comunicação de soluções, tal como faz esta rádio comunitária.

Ainda que diferente, a Rádio Ophelia centra-se na valorização do trabalho artístico português que também não merece cobertura regular pelos meios de comunicação, mesmo que o jornalismo que praticam não seja expressivo. Por sua vez, a Rádio Freguesia de Belém aborda uma realidade micro, que está afastada da cobertura mediática tradicional e regular, que deixa de fora os bairros, as freguesias e as iniciativas destas pequenas comunidades locais, mesmo quando se trata de grandes cidades como Lisboa. Os média comerciais raramente acompanham a participação na política local, como faz este *medium* comunitário nesta freguesia da capital portuguesa, nem valorizam o desenvolvimento de competências comunicacionais fora do meio profissional. Aliás, o jornalismo convencional tende a centrar-se em especialistas, figuras públicas e fontes oficiais, ignorando práticas horizontais e comunitárias de produção de informação, deixando pouco ou nenhum espaço para a experimentação, acima de tudo quando esta surge fora dos circuitos institucionais e académicos. Por exemplo, a Rádio Freguesia de Belém pratica jornalismo comunitário, mesmo sem assumir formalmente esse papel, ao trabalhar a informação local com a comunidade, promovendo a sua participação e reforçando a ligação dos cidadãos com as instituições, tornando-os parte ativa na produção de conteúdos e refletindo sobre as suas necessidades. Ao promover programas educativos, a rádio está a ajudar a informar e a formar a sua comunidade, indo além do papel tradicional de informar, e a envolver os cidadãos num ambiente mais participativo, numa participação verdadeiramente ativa nos, mas sobretudo, através dos média, como vem defendendo Nico Carpentier (2017).

O mesmo acontece com a Rádio Antecâmara que, dentro da comunidade de arquitetos para a qual está voltada, democratiza a sua produção mediática, ao acolher e incentivar a produção de conteúdos por parte da comunidade. Além disso, esta emissora permite claramente que um grupo social, praticamente invisível nos média *mainstream*,

possa assumir as suas ideias, expressar a sua narrativa e dar voz às suas perspetivas. Apresentando-se como um laboratório, com criação de conteúdos experimentais, também reflete que existe a possibilidade de linguagem alternativas e não hegemónicas que são características do jornalismo comunitário e alternativo.

Estas emissoras são exemplos de como os média comunitários podem funcionar como um contrapeso às invisibilidades deixadas pelo jornalismo profissional, apresentando-se como plataformas alternativas para estas vozes marginalizadas e, ao mesmo tempo, promovendo uma maior diversidade informativa no campo dos média, estando em linha com as ideias de Atton e Hamilton (2008), Forde (2011), ou Radsch (2016).

Estas rádios comunitárias conseguem construir uma realidade alternativa, menos massificada, focada em públicos-nicho não representados nos média, nos quais os cidadãos se sentem retratados e com um espaço privilegiado para abordar e discutirem os assuntos que são do seu interesse particular. Trata-se de uma participação mais ativa dos cidadãos, mostrando, tal como evidencia Radsch (2016), que estas iniciativas podem preencher lacunas deixadas pelo jornalismo profissional.

Estas emissoras comunitárias, que, como mostrámos em estudos anteriores (Midões, 2021, 2024 e 2025), surgem apenas com a viragem do milénio e o impulso dado pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, sobretudo a internet, estão em crescimento no contexto português, nomeadamente com difusão exclusiva online, sem frequência FM, e operando à margem da lei da rádio. Estas emissoras estão focadas também, ou pelo menos é esse o desejo, no aumento da produção de conteúdos informativos e jornalísticos, desempenhando um papel significativo na promoção da participação cívica através dos média e na cobertura, ainda que através de um jornalismo amador, de temas de interesse das comunidades locais ou das comunidades formadas à volta de interesses comuns. Ainda que possam ser em número reduzido (pouco mais de 20) e voláteis, pois, desde 2021, 10 dos projetos até então mapeados estão suspensos ou encerrados e outros 10 novos surgiram, estes média comunitários e esta forma alternativa de fazer jornalismo, ainda que com “pouca influência social, representam um novo desafio para os média *mainstream*, que está a braços com um desafio ainda maior, relacionado com o fracasso da economia política do modelo de jornalismo industrial” (Midões, 2021, p. 79).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado no âmbito do financiamento plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

REFERÊNCIAS

Abbott, J. (2017). Tensions in the scholarship on participatory journalism and citizen journalism. *Annals of the International Communication Association*, 41(3–4), 278–297. <http://doi.org/10.1080/23808985.2017.1350927>

- Atton, C. (2003). What is alternative journalism? *Journalism*, 4(3), 267–272. <https://doi.org/10.1177/14648849030043001>
- Atton, C. (2009). Why alternative journalism matters. *Journalism*, 10(3), 283–285. <https://doi.org/10.1177/1464884909102582>
- Atton, C., & Hamilton, J. F. (2008). *Alternative journalism*. SAGE.
- Bonixe, L. (2022). Práticas e modelos do jornalismo empreendedor em Portugal. *Brazilian Journalism Research*, 18(3), 550–573. <https://doi.org/10.25200/BJR.v18n3.2022.1494>
- Carpentier, N. (2017). *Media e participação*. Media XXI.
- Correia, J. C. (2023). As duas proximidades: Algumas notas sobre os riscos dos media em contextos comunitários. In P. Melo & P. Jerónimo (Eds.), *Comunicação comunitária e jornalismo de proximidade – Diálogos e desafios em cenários de crise* (pp. 33–55). Editora LabCom. <http://doi.org/10.25768/654-945-9>
- Forde, S. (2011). *Challenging the news: The journalism of alternative and community media*. Palgrave Macmillan.
- Hall, S. (1997). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. SAGE.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture – Where old media and new media collide*. New York Press.
- McChesney, R. W., & Nichols, J. (2016). *People get ready: The fight against a jobless economy and a citizen democracy*. Public Affairs.
- Midões, M. (2021). Community radios in Portugal: Mapping an overlooked alternative media. *Online Journal of Communication and Media Technologies*, 11(3), Artigo e202113. <https://doi.org/10.30935/ojcm/11086>
- Midões, M. (2024). O potencial desaproveitado das rádios comunitárias portuguesas para uma comunicação alternativa mais inclusiva e de proximidade. In C. Batista, F. Subtil, & J. N. Matos (Eds.), *Um outro jornalismo é possível: “Media” alternativos em Portugal* (pp. 199–210). Outro Modo - Le Monde Diplomatique.
- Midões, M. (2025). Emisoras comunitarias en Portugal: Un sector en crecimiento pero sin regulación apropiada. In R. Rodríguez-Ortiz, L. Cruz, & A. Barranquero (Eds.), *Comunicación alternativa en Europa y Latinoamérica: Un equilibrio precario entre regulación y sostenibilidad* (pp. 28–33). RICCAP.
- Mutsvairo, B., & Bebawi, S. (2022). Journalism and the Global South: Shaping journalistic practices and identity post “Arab spring”: Special issue: Remembering the Arab spring pursuing possibilities and impediments in journalistic professional practice across the Global South. *Digital Journalism*, 19(7), 1141–1155. <http://doi.org/10.1080/21670811.2022.2107551>
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. New York University Press.
- Papacharissi, Z. (2015). *A private sphere – Democracy in digital age*. Polity Press.
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Penguin Press.
- Radsch, C. C. (2016). *Cyberactivism and citizen journalism in Egypt. Information technology and global governance*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-48069-9_4
- Reader, B., & Hatcher, J. A. (Eds.). (2012). *Foundations of community journalism*. SAGE. <https://doi.org/10.4135/9781483349527>
- Roberts, S. T. (2019). *Behind the screen: Content moderation in the shadows of social media*. Yale University Press.
- Traquina, N. (2000). *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento*. Minerva.

NOTA BIOGRÁFICA

Miguel Midões é professor adjunto na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu. É doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra, tendo realizado o primeiro mapeamento e caracterização das rádios comunitárias portuguesas. É mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com título de especialista em Jornalismo e Reportagem, conferido pelo Politécnico de Viseu. Licenciou-se em Comunicação Social pelo Politécnico de Coimbra em 2004. É investigador integrado do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. As suas linhas de investigação centram-se nos média comunitários (nomeadamente a rádio), o jornalismo de proximidade, o áudio (rádio e *podcast*) e a literacia mediática. É jornalista (CPJ 4707A) desde 2004, tendo passado pela TSF Rádio Notícias.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9492-9918>

Email: mmidoes@esev.ipv.pt

Morada: Rua Maximiano Aragão 3504-501 Viseu (Portugal)

Submetido: 06/04/2025 | Aceite: 03/10/2025



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.